



DIA NACIONAL DA PRAÇA

reportagem



Mais um ano, mais uma comemoração. Celebrámos o nosso dia: o “Dia Nacional da Praça das Forças Armadas”. Reforçamos os laços de solidariedade, coesão e acima de tudo de afirmação e exaltação da classe. No dia 8 de Setembro de 2012, comemoramos também o 76º Aniversário “A Revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936” junto ao Monumento ao Marinheiro Insubmisso no Centro Cívico do Feijó.

Este ano a AP – Associação de Praças e o CPA – Clube de Praças da Armada, decidiram estender o convite ao Exmo. Dr. Bernardo Colaço – Juiz Conselheiro do STJ – Jubilado, para presidir à cerimónia como convidado de honra.

As comemorações iniciaram-se com a II Prova de Atletismo, no dia 2 de setembro, na Base Naval de Lisboa, com partida e chegada ao CEFA – Centro de Educação física da Armada e contou com a presença de 150 atletas que participaram individualmente e em representação de clubes congéneres. No dia 5 de setembro desenrolou-se pela primeira vez o 1º Torneio de Futebol de 7, no relvado do CEFA, com a presença das equipas do CEFA, Base de Fuzileiros, Escola Prática de Artilharia e Regimento de Artilharia Anti-Aérea nº 1, pena que a Força Aérea não tivesse participado. Na manhã do dia 8 decorreu o 2º concurso de pesca – Dia da Praça, que decorreu no Cais do Ginjal, em Cacilhas. Claro está, o convívio foi o mais importante, parabéns a todos os participantes e já agora aos vencedores.

No dia 8 de setembro agradeceram-nos com a sua presença os representantes dos Grupos Parlamentares do PS e PCP, representantes das Chefiarias Militares, CEMA, CEMFA e CEME, representante da DGPRM, representantes do poder autárquico CMA, JF Feijó e JF Cova da Piedade, representantes das organizações e associações: CPCCRD, CGTP, LC, ADFA, ASMR, ANS, AOFA, ASPP, ANMM, URAP, APVG, Conquistas da Revolução, CSA, COMIL, Associação Cultural e Recreativa dos Marinheiros de Estremoz, CRF, Casa do Pessoal do Arsenal do Alfeite e do Clube Campismo de Almada. Contou ainda com a presença do Comendador da Ordem da Liberdade e último sobrevivente dos acontecimentos do dia 8 de Setembro de 1936, José Barata.

A cerimónia iniciou-se como içar da Bandeira Nacional ao som da Marcha da Continência. Içaram-se ainda as bandeiras da CMA, CPA e AP. Estava aberta a Cerimónia da comemoração Nacional do Dia da Praça das Forças Armadas.

No decorrer da cerimónia pudemos ouvir alocações por parte do Presidente da AP, Luís Reis e do Exmo. Dr. Bernardo Colaço – Juiz Conse-

heiro do STJ – Jubilado. Da primeira intervenção destacamos algumas palavras:

“Hoje ao comemorarmos o Dia Nacional da Praça das Forças Armadas, por razões óbvias, homenageamos também as gerações de praças do passado, mas também do presente que serviram e servem o país nas Forças Armadas, com elevado mérito, abnegação, coragem e profissionalismo.

Para muitos com a perda da própria vida ou ainda os que ficaram com sequelas físicas e psicológicas que os acompanham até ao fim das suas vidas.

Contudo e face ao grande desempenho e relevo de grande preponderância que detêm na estrutura das Forças Armadas, as Praças, vêem-se confrontadas precisamente com a falta da melhoria das condições de serviço, a ausência de dignificação, respeito, reconhecimento e valorização profissional.

E visível que os problemas que nos afetam presentemente são sérios, e que tal como outros que se avolumam e que se nos afiguram aos vários níveis das Forças Armadas, são desmotivadores para os profissionais que um dia decidiram entregar-se de corpo e alma à carreira militar.

Assistimos à degradação do Estatuto da Condição Militar, configurando um desrespeito continuado pela Lei nº 11/89, e que no seu artigo 2.º desta Lei destaca-se, com clareza e de forma irrecusável, que é impossível tornar igual, o que é manifestamente desigual, como alguns vêm defendendo.

Embora as restrições e deveres se mantivessem sem alterações os supostos “especiais direitos” ou foram substancialmente reduzidos ou desapareceram, sendo nivelados pelos de profissões muito menos exigentes, nomeadamente em termos de restrições e deveres.

Começando na alteração da mudança do sistema do Serviço Militar Obrigatório pelo regime profissionalizante, fruto essencialmente do incumprimento e das alterações do Regime de Incentivos, que visou reduzir alguns dos benefícios, que funcionavam, substituindo-os por outros que não funcionam, retirando-lhes substrato em termos de apoio financeiro à integração social após a vida militar, prejudicando inclusive os militares que já se encontravam a cumprir contrato de trabalho.



Defender para servir



DAS FORÇAS ARMADAS



Estes atos entre outros são o reflexo do autismo e da inércia da tutela militar face às Associações e às preocupações manifestadas pelos militares em sede própria e do próprio Ministério da Defesa Nacional não ter assegurado às Associações, dentro do quadro geral das instituições e dos valores democráticos, a oportunidade e a possibilidade de participação ativa e de exercício de função na sua plenitude, tendo estas já dado anteriormente provas dessa capacidade nomeadamente apresentando estudos e propostas sobre as condições de higiene e segurança no trabalho, a promoção da saúde dos militares e seus familiares, carreiras e sistema retributivo, enfim, na proteção dos interesses económicos, sociais e profissionais dos militares, os normais pressupostos direitos profissionais e sociais como para os demais cidadãos.”

Seguiu-se a intervenção do Exmo. Dr. Bernardo Colaço – Juiz Conselheiro do STJ – Jubilado, que proferiu:



Dr. Bernardo Colaço
Juiz Conselheiro do STJ
– Jubilado

“Quero agradecer a solicitação que me foi dirigida para presidir à solenidade da Comemoração Nacional do 76º Aniversário da “Revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936”. Este convite é - me duplamente honroso. Primeiro, por dimanar de duas prestigiadas organizações representativas militares – a Associação de Praças e o Clube de Praças de Armada; segundo, por se celebrar, um dos mais sublimes atos da gesta militar na defesa da dignidade do militar português.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Comemora-se hoje a Revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936. Setenta e Seis (76) anos são passados sobre o acontecimento. Comemorar é não só lembrar algo que nos é grato e querido. Comemorar é também tornar a memória do passado atual. Se a atualidade não for de molde a suscitar esse sentimento, então a comemoração não tem razão de existir. Comemora –se um acontecimento, porque dele necessitamos, do seu significado, daquilo que ele representa para a nossa existência.

Ao manifestar ativamente o seu apoio aos camaradas, nas circunstâncias, no modo e no momento histórico em que o fizeram, os marinheiros – e nesta palavra englobo todos quantos se envolveram neste gesto – demonstraram estar imbuidos de uma ética militar, com a mesma força com que um soldado, no teatro de guerra não abandona um camarada ferido. Na verdade a solidariedade não é apenas uma faceta da condição humana; é também profissionalmente uma virtude militar.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

No mundo de hoje, onde existem coisas tão belas, se gastam milhares de milhões em empreendimentos de mais diversa natureza para o bem estar do homem e da humanidade e se descobriu o “ boson de Higgs” t.c.p. partícula de Deus, é angustiante constatar que o mundo se vai dilacerando, com conflitos regionais, como foram os casos de Korea, do Vietnam, do Iraque e Líbia, e se vislumbram no futuro como o de Síria e Irão, as ambições e a intolerância religiosa como no conflito Israel/Palestina, o silencioso processo de ganância dos grupos económico - financeiros, a fome a grassar particularmente pelos países de África e Ásia, muitos deles com governos assentes em corrupção, é caso para se indagar – O que fazer?

Sem entrar em moralismos bacocos ou argumentações ocas ou repetitivas, parece-me que se impõe libertar a sociedade dos constrangimentos que impedem o pleno desenvolvimento da capacidade humana sem distinção, para distinguir o que está certo e o que está errado, estabelecendo o padrão da “performance” dos Governos, para criar e não para destruir. Bom seria que este entendimento pudesse ser equacionado numa dimensão militar e não militarista. Este poderá ser o papel das Forças Armadas para os próximos tempos. Esta foi aliás a mensagem de 8 de Setembro de 1936.

Em 25 de Abril de 1974, o regime ditatorial fascista viabilizado por Salazar foi derrubado por militares, libertados os presos políticos que a “primavera” marcelista ainda mantinha, foi implementada a democracia e aprovada uma Constituição da República tida como a mais democrática da Europa Ocidental.

À distância de 76 anos não se pode dizer, que os marinheiros revoltosos tivessem outro objetivo.



DIA NACIONAL DA PRAÇA DAS FORÇAS ARMADAS



Mas em última instância, o que torna um ato de insubmissão ou de revolta militar explicável?

O Movimento dos Capitães visou sem dúvida restituir a cidadania democrática ao povo português criando condições para uma vida condigna. Aos bravos Praças de 1936 – eternizados no monumento do marinheiro insubmisso – norteava o mesmo propósito, através da solidariedade indelével para com os camaradas expulsos e presos, é o mesmo que dizer pela dignidade do Praça, numa sociedade mais justa.

Exm's Senhores Presidentes da AP e CPA,

Não admira por isso, e representa mesmo um ato de mais elevado simbolismo o propósito da Associação de Praças e do Clube de Praças da Armada, terem escolhido a Revolta dos Marinheiros e a data de 8 de Setembro de 1936 como o Dia Nacional da Praça das Forças Armadas.

Numa altura em que as nossas Forças Armadas se debatem com questões envolvendo o seu Estatuto, o Associativismo Representativo Militar reveste-se de uma importância nevrálgica na busca de adequadas soluções para os problemas.

O Associativismo Profissional, é isso mesmo, uma forma de consciência profissional avançada, a sede que representa, canaliza e defende ativamente os legítimos anseios dos profissionais representados, rumo à sua dignidade, condição fundamental para a dignificação das próprias Forças Armadas de que fazem parte. Neste assumir de testemunho é minha convicção que os objetivos que nortearam os Marinheiros em 1936 continuam em boas mãos. Nesta missão tendes sempre presente que a solidariedade sendo um sentimento, só tem sentido como elemento ativo na defesa da dignidade profissional."

Na sequência da cerimónia procedeu-se à deposição de flores pelas entidades que manifestaram essa intenção. A Fanfarra do Corpo de Fuzileiros executou os toques de Silêncio, Homenagem e Alvorada. A cerimónia protocolar encerrou com hino nacional.

Seguiu-se a foto de grupo e iniciou-se o almoço comemorativo. No final procedeu-se à entrega da lembrança ao Convidado de Honra, assinatura do Livro de Honra e entrega dos prémios desportivos referentes às provas de atletismo, e pesca. Os prémios do futebol de 7 foram entregues durante o almoço de confraternização no dia 5 de setembro.

Na continuidade da comemoração deu-se início ao momento cultural com a apresentação do Livro "Memórias de um Marinheiro" da autoria do CABO José da Nova e da atuação do Grupo de Cantares Diversos do ALENTEJO de Pinhal de Frades.

A finalizar as comemorações do 76º aniversário da "Revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936" – Dia Nacional da Praça das Forças Armadas, procedeu-se ao corte do Bolo e respetivo brinde de parabéns.



AGRADECIMENTOS:

Câmara Municipal de Almada e Junta de Freguesia do Feijó pelo apoio dado a esta a esta cerimónia.

– Almirante CEMA, pela cedência da Fanfarra do Corpo de Fuzileiros e das equipas da Marinha para o torneio de Futebol de 7. Aos Comandos da Base Naval de Lisboa e CEFA pelas facilidades concedidas para a realização da prova de atletismo e do torneio de futebol de 7.

– General CEME pela cedência das equipas de Futebol 7 do exército.

– Aos elementos dos Órgãos Sociais do CPA e AP, assim como a todos os associados e familiares pela coragem e determinação em levar a cabo uma iniciativa com esta grandeza.

– Aos funcionários do Clube de Praças da Armada e da Associação de Praças.

